



FACULDADES DOCTUM/FIC
CURSO DE DIREITO

Manual para a Apresentação de Trabalhos Acadêmicos

2010

DESEJAMOS A TODOS OS DISCENTES EXCELENTES TRABALHOS!

COLABORADORES:

PROFA. MSC ARIETE PONTES DE OLIVEIRA

PROF. MSC EDER MARQUES DE AZEVEDO

PROF. MSC FEDERICO NUNES MATOS

PROFA. MSC NATÁLIA LISBÔA

APRESENTAÇÃO

Os procedimentos de elaboração do projeto de pesquisa e da monografia constituem elementos importantes do trabalho científico. Tal forma é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. No entanto, as normas da ABNT não são integralmente vinculativas, pois, em algumas circunstâncias, é possível adotar diferentes formatações e, ainda assim, manter o trabalho em consonância com seus padrões formais¹. Com isso, podem ser observadas algumas variações na formatação de trabalhos acadêmicos, sem que isso caracterize desobediência às normas técnicas.

Na atualidade, muitas Instituições de Ensino Superior – IES têm editado manuais de normalização de trabalhos acadêmicos, buscando, dentre as opções traçadas pela ABNT, escolher aquela mais adequada à realidade institucional². No entanto, concordamos com o pensamento das Professoras Miracy B. S. Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias: “A principal regra que norteia a apresentação do texto, portanto, é a de que ao se adotar determinado formato, ele seja mantido em todo o trabalho”³. Em outras palavras, independente da orientação adotada no que tange a normas técnicas, o mais importante é a coerência ao longo do trabalho.

Buscando uniformizar as normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmicos, tendo em vista, principalmente, o trabalho de curso, foi elaborado o presente manual pelo Núcleo Docente Estruturante, com apoio de professores da rede Doctum/FIC. Esse manual tem como objetivo facilitar a tarefa dos discentes no momento de elaboração do trabalho de curso⁴ e, na medida do possível, uniformizar a formatação dos trabalhos acadêmicos no seio da presente IES. No entanto, o manual é apenas uma das orientações possíveis de serem extraídas das diversas orientações da ABNT. Em momento algum, esse manual visa tolher a autonomia do

¹ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 145.

² Este é o caso da Pontifícia Universidade Católica de Minas de Minas Gerais, que disponibiliza em seu sítio na Internet o documento: “Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2007).

³ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 146.

⁴ Segundo Horácio Wanderlei Rodrigues, ponto importante que deve ser levado em consideração pelas IES ao instituírem o trabalho de curso é a “existência de estrutura de apoio para sua execução” (RODRIGUES, 2005, p. 228).

discente de optar, em seu trabalho acadêmico, por outras orientações igualmente compatíveis com as normas da ABNT.

Por fim, vale ressaltar que o presente manual não exclui a possibilidade de o discente consultar outras obras – muitas delas de excelente qualidade – presentes no mercado editorial brasileiro, algumas delas essenciais para elaboração dessa singela obra.

SUMÁRIO

1ª PARTE - INSTRUÇÕES À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA JURÍDICA	8
1.1 Estrutura do projeto de pesquisa	8
1.1.1 Apresentação temática (delimitação do tema)	9
1.1.1.2 Escolha do tema	10
1.1.1.3 Critérios para recorte do tema	11
1.1.2 Problematização (referenciais teóricos + indicação do problema de pesquisa)	11
1.1.3 Problema	12
1.1.3.1 Como formular um problema de pesquisa	13
1.1.3.2 Exemplos de problemas de pesquisa no campo da ciência jurídica	13
1.1.3.3 Etapas de delimitação do problema da pesquisa	14
1.1.3.4 Falhas na delimitação de problemas de pesquisa	14
1.1.3.5 Desdobramentos da formulação do problema no processo de desenvolvimento da pesquisa	15
1.1.4 Hipótese	15
1.1.4.1 Exemplo de hipótese	16
1.1.5 Marco teórico	17
1.1.5.1 Exemplos de marcos teóricos	18
1.1.6 Objetivos	18
1.1.6.1 Objetivo geral	18
1.1.6.2 Objetivos específicos	19
1.1.7 Justificativa (exposição de motivos)	19
1.1.8 Metodologia (setores de conhecimento; técnicas e procedimentos metodológicos)	20
1.1.9 Cronograma	21
1.1.10 Sumário hipotético (esquema provisório)	22

	24
2ª PARTE - INSTRUÇÕES À ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA JURÍDICA	
2.1 Elementos pré-textuais	24
2.1.1 Capa	24
2.1.1.1 Capa do projeto de monografia	25
2.1.1.2 Capa da monografia	27
2.1.2 Folha de rosto	29
2.1.2.1 Folha de rosto do projeto de monografia	29
2.1.2.2 Folha de rosto da monografia	32
2.1.3 Resumo na língua vernácula	34
2.1.4 Resumo em língua estrangeira	34
2.1.5 Sumário	35
2.1.6 Outros elementos pré-textuais opcionais	38
2.1.6.1 Dedicatória	38
2.1.6.2 Agradecimentos	38
2.1.6.3 Epígrafe	38
2.1.6.4 Lista de abreviaturas e siglas	38
2.2 Elementos textuais	40
2.2.1 Apresentação gráfica	40
2.2.2 Citações	41
2.2.2.1 Citação indireta ou livre	41
2.2.2.2 Citação direta ou textual	42
2.2.2.3 Citação curta	42
2.2.2.4 Citação longa	43
2.2.2.5 Citação de citação	44
2.2.3 Notas de rodapé	44
2.2.3.1 Notas de referência	45
2.2.3.2 Notas explicativas	46
2.3 Elementos pós-textuais	46
2.3.1 Referências bibliográficas	46
2.3.2 Apêndice e anexo	53
2.4 Elementos de argumentação jurídica	54

2.5 Das partes da monografia jurídica	58
2.5.1 Da Introdução	58
2.5.2 Das Considerações Conceituais	61
2.5.3 Das Considerações Finais	63
2.6 Referências	64
2.7Anexos: Formulários padrões para registro e acompanhamentos do TCC	65

1ª PARTE - INSTRUÇÕES À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA JURÍDICA

1.1 Estrutura do projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa é constituído pela presença dos chamados elementos pré-textuais, os quais são integrados pela *capa* e *sumário*. Também dispõe dos elementos textuais, os quais incluem a *Apresentação Temática, Problema, Hipótese, Marco teórico, Objetivos, Justificativa e Metodologia*. Por isso, existem os elementos pós-textuais, dentre os quais se destacam o *Cronograma* e a *Bibliografia*.

No tocante aos elementos textuais do projeto de pesquisa científica, eis as considerações metodológicas mais relevantes:

- 1) O projeto deve obedecer às regras da ABNT, a qual determina que a redação deve ser expressa pela fonte no tamanho 12, em Arial ou em Times New Roman (no caso, uma única opção de fonte padronizada ao longo de todo o corpo do texto), espaçamento nas entrelinhas de 1,5. O recuo de parágrafo deve ser de 1,25.
- 2) O tamanho do papel recomendado para impressão é A4, obedecendo às margens esquerda, 3,0 cm; direita 2,0 cm; superior 3,0 cm; inferior 2,0 cm.
- 3) Deve haver a numeração das páginas contidas no projeto de pesquisa, disposta na parte superior à direita; cabe destacar que a parte pré-textual, incluindo, portanto, capa e sumário, não devem ser numerados, não obstante entrarem na contagem de páginas.

Com efeito, constituem a **estrutura do projeto de pesquisa**:

- Apresentação Temática
- Problematização (referenciais teóricos + indicação do problema de pesquisa)
- Hipótese
- Marco Teórico

- Objetivos (geral e específicos)
- Justificativa
- Metodologia (setores de conhecimento (inter e transdisciplinaridade); técnicas e procedimentos metodológicos
- Cronograma
- Sumário Hipotético (esquema provisório)

1.1.1 Apresentação Temática (delimitação do tema)

Com *status* de Introdução, sua presença é relevante no projeto de pesquisa, pois se faz essencial para a devida compreensão e apresentação do tema proposto, delimitando seu âmbito de discussão. É uma forma de captação da atenção do leitor quanto à proposta auferida na própria pesquisa, contextualizando, brevemente, o objeto de pesquisa a partir do seu recorte.

É fundamental que o pesquisador mantenha uma relação de simpatia com o tema proposto para que manifeste empenho e dedicação necessários ao desenvolvimento futuro da pesquisa.

A delimitação do tema é primordial para que se evite um estudo superficial, sem recortes científicos. Por tais razões, o tema apresentado deve ser circunscrito tanto espacial, quanto temporalmente.

Desse modo, é importante que se questione se o tema escolhido não seja abrangente ao ponto de se comprometer a viabilidade de realização da pesquisa em vista da falta de objetividade do campo de investigação. Sendo assim, o tema requer que o mesmo seja aceito como um tema científico por uma comunidade de pesquisadores, razão de ser sujeito a apreciação de banca de qualificação.

A apresentação temática deve demonstrar ao leitor “as implicações sociais que o estudo do tema poderá ter ou, ainda, os benefícios para a população de uma discussão e/ou encaminhamento do assunto.”⁵

Ao final, deve apresentar as palavras-chave, apontando os vocábulos mais recorrentes no projeto.

Exemplo: **Palavras-chave** (esse título deve ser destacado em negrito): democracia participativa; participação popular; conselhos gestores; meio ambiente.

No caso do exemplo acima, todo o trabalho gira em torno dessas expressões, razão para considerá-las como referenciais teóricos ou pressupostos teóricos.

1.1.1.2 Escolha do tema

Escolher um tema ou assunto de pesquisa significa: a) preferir uma questão em meio a tantas que surgem no âmbito da ciência (área de conhecimento). Ex: Direito, Serviço Social; b) especificar um assunto: focalizar ou abranger num relance determinado um objeto de pesquisa; c) descobrir um problema relevante que mereça ser investigado cientificamente.

São diretrizes para a escolha do assunto: a) observação direta; b) reflexão; c) senso; comum; d) experiência pessoal; e) analogias; f) observação documental ou “mercado de idéias; g) intuição; h) seminários; i) controvérsias.

Constituem critérios para a escolha do tema de pesquisa: a) relevância (operativa, contemporânea e humana); b) o assunto deve ser adaptado à capacidade, às inclinações e aos interesses do pesquisador; c) elementos externos: tempo, bibliotecas, consulta a especialistas; d) realização de aprofundamentos de estudos sobre o assunto.

⁵ HUBNER, 2001, p.20.

1.1.1.3 Critérios para recorte do tema

Exemplo: “A criminalidade no Brasil”

a) população – sexo, estado civil etc. Ex: A criminalidade entre os jovens homens de 20-25 anos.

b) caracterização e qualificação dos conceitos ou elementos escolhidos – Ex: A influência do uso de tóxicos na criminalidade entre jovens de 20-25 anos.

A influência do uso de LSD na criminalidade entre jovens de 20-25 anos.

A influência do uso de LSD na ocorrência de furtos entre jovens masculinos de 20-25 anos.

c) campo de observação – Quem vai ser observado onde? Ex: A influência do uso de LSD na ocorrência de furtos entre jovens de 20-25 anos do sexo masculino na Zona Rural de Caratinga.

d) temporariedade ou recorte histórico – Ex: A influência do uso de LSD na ocorrência de furtos entre jovens de 20-25 anos do sexo masculino na Zona Rural de Caratinga na década de 1990.

e) circunstâncias e outros fatores que afetam a temática direta ou indiretamente – Ex: A relação entre os índices de furto e o uso de LSD entre os jovens de 20-25 anos do sexo masculino na Zona Rural de Caratinga na década de 1990.

1.1.2 Problematização (referenciais teóricos + indicação do problema de pesquisa)

A problematização consiste na contextualização dos referenciais teóricos (pressupostos teóricos), assim considerados os vocábulos, conceitos e expressões fundamentais que aparecem com maior incidência no projeto de pesquisa, os quais são identificados como “palavras-chave” alocadas abaixo da “Apresentação

Temática”. É essencial, portanto, que seja explicitado a conceituação, através de citação direta ou indireta, de todas essas “palavras-chave” para que, ao final, seja indicado o problema de pesquisa.

1.1.3 Problema

O problema é um pressuposto para o início de qualquer pesquisa científica. É um interrogante, um questionamento interligado ao tema elaborado. É uma pergunta revertida de objetividade devendo ser materialmente possível a sua resolução. Envolve a reflexão sobre a interpretação de dispositivos de leis, institutos jurídicos, eficácia de direitos fundamentais ou garantias constitucionais, execução de atos emanados pelo Estado com impacto no interesse público, dentre outros.

De sorte, o problema é uma “questão que não pode ser resolvida a partir de simples consultas bibliográficas, nem prescindir de toda sistematicidade que envolve uma pesquisa.”⁶ Nesse sentido, deve ser tratado como “a questão que requer tratamento científico e que se coloca diante de um estudioso como um desafio à sua capacidade solucionadora, revestida de notas de relevância: operativa, contemporânea e humana.”⁷

De acordo com Antônio Carlos Gil, o problema de pesquisa deflagra-se como uma “proposta duvidosa que pode ter numerosas soluções”.⁸ Não obstante, não é todo problema que está sujeito de tratamento científico. A esse respeito, “pode-se dizer que um problema é de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser tidas como testáveis”.⁹ Por isso, trata-se de uma questão não solvida que se torna objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento.

⁶ GUSTIN; DIAS, 2006, p. 72-73.

⁷ SALOMON, 1999, p. 155.

⁸ GIL, 2002, p 23.

⁹ *Idem*, p 24.

1.1.3.1 Como formular um problema de pesquisa

- deve ser elaborado na forma de uma pergunta (INDAGAÇÃO);
- um problema é científico se pode ser testado e suas variáveis podem ser observadas ou manipuladas;
- requer que tenha uma dimensão viável;
- deve ser claro e preciso;
- precisa ter uma referência empírica (ser observável, medido).¹⁰

1.1.3.2 Exemplos de problemas de pesquisa no campo da ciência jurídica

O Código de Trânsito Brasileiro pode contribuir para a redução das transgressões no trânsito e difundir direitos do cidadão?

A antecipação da responsabilidade criminal para menores de 18 anos é solução para a redução da criminalidade juvenil?

A existência de quotas para estudantes negros, enquanto ação afirmativa, promove a inclusão dessa minoria social no mercado de trabalho, promovendo a igualdade material?

A utilização pela Administração Pública de instrumentos de participação popular como o Conselho Municipal de Assistência Social fortalece o projeto de democracia participativa no caso do Município de Caratinga?

A burocracia do procedimento de adoção contribui para a desistência de processos com essa finalidade no Estado de Minas Gerais?

A Lei Maria da Penha é inconstitucional, ferindo o princípio da igualdade, ao estabelecer tutela jurídica especial à mulher e não aos membros da entidade familiar?

¹⁰ SILVA; SILVEIRA, 2007.

1.1.3.3 Etapas de delimitação do problema da pesquisa

Exemplo: Tema da pesquisa:

“A eficácia da legislação do divórcio, no Brasil, e seus fatores condicionantes externos”

- Quais os fatores que provocam o divórcio?
- Quais os fatores de ordem social (moral, religiosa, etc.) que provocam o divórcio?
- Quais os fatores de ordem social [...] que provocam o divórcio em casais com até 10 (15, 20, etc.) anos de casamento?
- Quais os fatores de ordem social [...] que provocam o divórcio em casais com até 10 [...] anos de casamento e que pertencem ao estrato médio (alto, médio-baixo, popular, etc.)?

1.1.3.4 Falhas na delimitação de problemas de pesquisa

Problemas desconectados da esfera empírica. “O que pensa o mercado consumidor...?”

Problemas que envolvem julgamento moral. “É bom o estudo da Economia para educar um povo?”

Problemas que não se constituem em uma dimensão viável. “O que determina que certas leis brasileiras não peguem?”

Formulação imprecisa do problema. “O desconhecimento do Código Eleitoral por parte dos políticos inescrupulosos é um empecilho à democracia?”

Problemas que se confundem com problemas práticos e não científicos. “O que fazer para que a Diretoria de empresas parem de desviar verbas destinadas a novos investimentos?”

1.1.3.5 Desdobramentos da formulação do problema no processo de desenvolvimento da pesquisa

- O problema determina quais os elementos necessitarão da definição do marco teórico e dos pressupostos conceituais da pesquisa
- Os problemas formulados indicam as hipóteses, os objetivos e as justificativas da pesquisa
- O problema condiciona os principais aspectos metodológicos da pesquisa: vertentes metodológicas, tipos de investigação, técnicas e métodos de pesquisa, coleta de dados, etc.
- Os problemas conduzem as conclusões do relatório final da pesquisa (Monografia Ou Artigo Científico)

1.1.4 Hipótese

É a afirmação provisória que pode ou não ser confirmada ao final da pesquisa. Por isso, consiste na solução do problema.

Conforme alude Antônio Carlos Gil,

[...] o passo seguinte em oferecer uma solução mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. A essa proposição dá-se o nome de hipótese. Assim, a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema.¹¹

Mesmo que a hipótese não seja confirmada ao longo do trabalho, isso não desmerece a qualidade da pesquisa científica, já que para que se chegasse a esse tipo de conclusão houve a utilização de metodologia adequada.

¹¹ *Idem*, p 31.

1.1.4.1 Exemplo de hipótese

Diante do **problema de pesquisa**:

O conselho gestor de Educação é instrumento de democracia participativa que auxilia o Município em sua gestão administrativa?

É possível estabelecer a seguinte **hipótese**, enquanto possibilidade de resolução do próprio problema:

A utilização pela Administração Pública Municipal de instrumentos de participação popular como os conselhos gestores contribui para a construção da democracia participativa na educação, ainda que os participantes não se apresentem em iguais oportunidades. O exercício da democracia é um processo e, portanto, apresenta várias fases em que a vocalização de demandas pela sociedade civil seria uma das primeiras etapas.

Veja que no exemplo acima a hipótese foi escrita na forma afirmativa, buscando responder diretamente à pergunta que constitui o problema.

Vejamos outro exemplo, agora na área de Ciências Gerenciais:

Problema de pesquisa: Por que o índice de aposentados voltando à ativa tem aumentado no mercado de trabalho?

Hipótese: Os funcionários jovens não têm atendido às necessidades das empresas por não estarem qualificados profissionalmente. Os baixos valores dos salários-mínimos nacionais pagos pelo benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social estimulam o retorno ao trabalho do aposentado para complementação do orçamento familiar.

1.1.5 Marco teórico

O marco teórico deve ser entendido como a linha ou escola de pensamento e de pesquisa com a qual o projeto vai-se identificar ou a ela se filiar. É a diferenciação ou fundamentação do modo como a pesquisa será encaminhada.¹²

É o referencial teórico de pesquisa necessário à confirmação de hipótese. O marco teórico não é o autor, mas o seu conjunto de idéias, a tese ou pensamento jurídico-doutrinário por ele elaborado.

Pode ser inserido no corpo do texto do projeto da seguinte forma:

“Tem-se como marco teórico da presente pesquisa as idéias sustentadas por (nome do autor) o qual sustenta: (incluir a citação que sintetize o corpo da tese ou corrente doutrinária aderida pelo autor)”.

Não obstante, a doutrina não é a única referência em termos de marco teórico. Também podem ser admitidas a lei (em sentido amplo) ou a jurisprudência, tendo em vista se tratarem de fontes do direito.

Nesse sentido, pode ser inserido no corpo do texto do projeto da seguinte forma:

“Como marco teórico da pesquisa em comento tem-se a interpretação do art. XXX da Lei nº XXX, a qual prenuncia: (citar o dispositivo de lei).”

Ou:

“Buscando responder à hipótese de pesquisa, levanta-se como marco teórico a jurisprudência do Tribunal (colocar nome do Tribunal), em voto proferido pelo Ministro/Desembargador/Relator (colocar nome), que assim manifesta: (colocar a ementa da jurisprudência).”

¹² ¹² SILVA; SILVEIRA, 2007.

1.1.5.1 Exemplos de marcos teóricos

Vejam no primeiro exemplo o marco teórico sendo mencionado sob a forma de citação indireta, em que o pesquisador interpreta as idéias de determinado autor:

“Desvendar o marco teórico da pesquisa em tela através da teoria de Habermas, buscando em seus ensinamentos sobre a teoria do discurso à compreensão do princípio da democracia, fornece o referencial exato para a assimilação do fenômeno da participação popular enquanto expressão das vontades das comunidades integrantes do discurso, justificadoras do Estado de Democracia então vigente”.

Também pode haver a menção ao marco teórico por meio do uso de citação direta, fazendo menção literal ao texto de determinado autor:

“Com fulcro nessas considerações preliminares, tem-se como marco teórico dessa pesquisa a teoria pura do direito de Hans Kelsen, sustentando a idéia de norma fundamental:

A norma fundamental é a fonte comum de validade de todas as normas pertencentes a uma mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum. O fato de uma norma pertencer a uma determinada ordem normativa baseia-se em que o seu último fundamento de validade é a norma fundamental desta ordem.¹³

Em ambos os exemplos é possível observar que o que está em evidência são as idéias sustentadas por determinado autor, ou seja, suas teses, e não simplesmente os próprios autores.

1.1.6 Objetivos

1.1.6.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa deve ser introduzido na parte textual do projeto por meio de um verbo no infinitivo. Deve indicar o propósito principal que motiva a execução da pesquisa, apontando a sua finalidade.

¹³ AUTOR, ano, p.

Exemplos: 1) *Analisar* a eficácia do instituto do orçamento participativo enquanto instrumento capaz de promover a democracia deliberativo no Brasil.

Ou:

2) *Investigar* os aspectos jurídicos probatórios da possível inconstitucionalidade da Lei XXX.

1.1.6.2 Objetivos específicos

São metas individualmente possíveis de serem executadas para que se alcance o próprio objetivo geral. É importante que se destaque, dentre os objetivos específicos em pesquisas jurídicas, a investigação da legislação pertinente, o levantamento bibliográfico para a compreensão dos conceitos doutrinários e correntes relevantes, bem como a análise da jurisprudência.

Recomenda-se o texto, sob a estrutura textual de tópicos, iniciado com verbo no infinitivo, da seguinte forma, conforme os exemplos abaixo:

- Investigar a legislação referente ao assunto (mencionar qual);
- Selecionar os ensinamentos doutrinários, bem como o apontamento de correntes jurídicas distintas sobre o tema em epígrafe por meio de levantamento bibliográfico;
- Analisar as atas ou documentos públicos atinentes a (especificar), durante o período de (colocar a delimitação temporal da investigação).
- Colacionar a jurisprudência pátria acerca da interpretação da lei ou instituto jurídico (especificar qual).

1.1.7 Justificativa (exposição de motivos)

É a exposição de motivos determinantes à elaboração do projeto, a qual esboça a “relevância/importância de se pesquisar o tema escolhido e da contribuição do projeto ao tema escolhido e ao campo de estudos onde está inserido.”¹⁴

¹⁴ SILVA; SILVEIRA, 2007, p.177.

Fundamenta porque a universidade, o orientador ou uma instituição de financiamento deve apostar na pesquisa proposta. Por tais razões, a justificativa é desdobrada em três vertentes distintas: ganho jurídico, ganho social e ganho pessoal ou acadêmico.

Quanto ao ganho jurídico, é necessário convencer o leitor sobre a relevância da investigação do tema para o aprimoramento da ciência jurídica, favorecendo a construção de propostas ou reforço de correntes doutrinárias já existentes. Em suma, deve-se apontar qual a contribuição da pesquisa para o Direito.

O ganho social implica na necessidade de contribuição da pesquisa para o interesse da própria sociedade. Desse modo, abarca quais as vantagens para a sociedade advindas a partir da realização do estudo do tema de pesquisa.

Por derradeiro, o ganho pessoal (também chamado de acadêmico) deve justificar a contribuição da pesquisa no que tange à aquisição de conhecimentos específicos que corroborem à formação profissional do pesquisador.

1.1.8 Metodologia (setores de conhecimento; técnicas e procedimentos metodológicos)

A metodologia contida no corpo do projeto, enquanto tópico autônomo, deve priorizar as seguintes abordagens:

- **O tipo de pesquisa** – destacando-se, dentre outras¹⁵, as seguintes espécies:
 - a) pesquisa teórico-dogmática*: trata-se de pesquisa bibliográfica, a partir das discussões e releituras meramente doutrinárias, de natureza teórica. É a modalidade mais comum em pesquisas jurídicas;
 - b) pesquisa de campo*: com investigações *in loco* do objeto (modalidade comumente utilizada nas Ciências Naturais);
 - estudo de caso*: opera-se a partir da análise documental, tal como da investigação de atas, processos, dentre outros. A partir da observação do caso concreto é que se procede a investigação doutrinária. É

¹⁵ Para se saber mais sobre outras espécies recomenda-se a leitura de GIL, 2002.

caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, à construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal.¹⁶

- **Os setores do conhecimento** (natureza da pesquisa) – inclui-se a menção à inter e à transdisciplinaridade. No primeiro caso, considera-se interdisciplinaridade o intercruzamento de informações envolvendo ramos científicos distintos, como a Filosofia, a Sociologia, a Ciência Política e o próprio Direito, todos numa mesma pesquisa. Em suma, comporta na somatória de informações e dados externos à ciência objeto central de investigação da pesquisa. Exemplo: pesquisa sobre o tema eutanásia requer informações e dados extraídos do Direito, da Filosofia (Ética) e da Medicina. Já no segundo caso, a transdisciplinaridade diz respeito à incidência de investigações contidas entre searas distintas dentro de uma mesma ciência. Exemplo: pesquisa sobre a responsabilidade civil do Estado por dano ao meio ambiente. Nesse caso, é essencial a coleta de informações obtidas do Direito Civil, do Direito Constitucional e do Direito Administrativo. É importante destacar, para finalizar, que uma pesquisa pode ser concomitantemente inter e transdisciplinar de acordo com o recorte do tema escolhido.
- **A apresentação da divisão dos capítulos** – por meio da explicitação, em síntese, dos assuntos que serão abordados em cada capítulo da futura monografia. Exemplo: A monografia em tela será dividida em XXX capítulos. O primeiro deles, intitulado (especificar título do capítulo), abordará (especificar o assunto). O segundo capítulo, sob o título (especificar título do capítulo), analisará (especificar o assunto). Por fim, o capítulo final, tendo por título (especificar título do capítulo), esboçará (especificar o assunto).

1.1.9 Cronograma

Aborda as fases de execução do projeto, distribuindo o tempo necessário para o cumprimento de suas etapas. Abrange a coleta de dados, incluindo o

¹⁶ NEVES, 1996.

levantamento bibliográfico, legislativo, jurisprudencial ou documental. Também determina o prazo para a revisão bibliográfica e confecção dos capítulos da futura monografia. Nesse propósito, cabe a utilização do menu *Tabela* do Word para que seja inserido. A seguir cabe a seleção das células necessárias à sua marcação e com o comando *Bordas e Sombreamento* do menu *Formatar* preenchê-las, tal como se observa no modelo abaixo:

	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Revisão bibliográfica						
Aplicação de questionários						
Processamento dos dados						
Observação no local da pesquisa						
Entrevistas						
Redação da monografia						

1.1.10 Sumário hipotético (esquema provisório)

É o sumário provisório, responsável pela “estruturação do trabalho. Um esquema provisório, construído junto com o professor orientador, auxilia no direcionamento das idéias a serem desenvolvidas na monografia.”¹⁷

¹⁷ SILVA; SILVEIRA, 2007, p.188.

Recomenda-se que cada capítulo seja dividido por, no mínimo, dois tópicos distintos (ou seções). Os títulos de capítulos e de tópicos devem ser destacados em negrito. Conforme ilustrado a seguir¹⁸, vejamos um breve exemplo de sumário hipotético:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA

1.1 As diversas formas de violência

1.2 A violência urbana

CAPÍTULO II – BREVE VISÃO DA INFÂNCIA NO PAÍS

2.1 A construção da infância nos centros urbanos

2.2 A desconstrução da categoria menores de rua

CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA E INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO

3.1 As formas da violência urbana no Rio de Janeiro

3.2 A violência policial e os “menores de rua” no Rio de Janeiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

¹⁸ Idem, p. 188.

2ª PARTE - INSTRUÇÕES À ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA JURÍDICA

2.1 Elementos pré-textuais

As partes pré-textuais ou elementos pré-textuais, como o próprio nome indica, antecedem o “corpo do texto” do projeto ou da monografia. Em geral, as partes pré-textuais devem conter:

- a) capa;
- b) folha de rosto;
- c) resumo;
- d) sumário¹⁹;

2.1.1 Capa

A ABNT estabelece que a capa é elemento obrigatório dos trabalhos acadêmicos, devendo conter:

- a) nome da instituição;
- b) nome do autor;
- c) título e subtítulo, se houver;
- d) número de volumes, quando houver mais de um;
- e) local da instituição onde deve ser apresentado (cidade);
- f) ano de depósito.

Inexiste regra específica que determine a formatação da capa (espaçamento entre os elementos, margens e tipo de letra). Com isso, no intuito de garantir a coerência ao trabalho, recomenda-se utilizar na capa e na folha de rosto o mesmo

¹⁹ Cf. GUSTIN, DIAS, 2006, p. 47; LEITE, 2001, p. 263. Vale observar que alguns incluem nos elementos pré-textuais a apresentação. No entanto, como destaca as Professoras Miracy B. S. Gustin e Maria Thereza Fonseca: “Esta última [apresentação], no projeto, deve ser considerada opcional e até dispensável, pois o resumo dispensa uma apresentação, para evitar repetições desnecessárias” (GUSTIN, DIAS, 2006, p.47).

espaçamento, margens e tipo de letra do corpo do trabalho²⁰. No entanto, o tamanho das letras e destaques (ex.: negrito) podem variar para que as informações sejam melhor distribuídas na capa.

2.1.1.2 Capa do projeto de monografia

Em projetos de pesquisa, a capa pode ser considerada de forma bastante livre, ao contrário da folha de rosto²¹. Recomenda-se na capa do projeto de pesquisa adotar os mesmo elementos das capas em geral²², apesar de não serem obrigatórios.

No entanto, a doutrina especializada observa algumas peculiaridades na capa do projeto de pesquisa. As Professoras Miracy B. S. Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias propõem que, no projeto de pesquisa, o elemento “instituição em que o trabalho será apresentado” deve aparecer como primeiro elemento da capa do projeto²³. Segundo as citadas autoras, o destaque deve ser dado para a instituição, tendo em vista que, no projeto, o aluno/pesquisador é apenas proponente e não ainda o autor da pesquisa.

Na capa do projeto, o nome do autor é opcional, embora obrigatório na folha de rosto²⁴. No caso de projetos coletivos ou de equipe, entende-se que a capa conterà apenas o nome da instituição, já o nome dos participantes figurará apenas na folha de rosto²⁵.

Exemplo de capa de projeto de monografia:

²⁰GUSTIN, DIAS, 2006, p. 48.

²¹ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 49.

²² Como analisado no item anterior, são elementos das capas dos trabalhos acadêmicos em geral: a) nome da instituição; b) nome do autor; c) título e subtítulo, se houver; d) número de volumes, quando houver mais de um; e) local da instituição onde deve ser apresentado (cidade); f) ano de depósito.

²³ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 48.

²⁴ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 48.

²⁵ Vale lembrar que este não é o caso do trabalho de curso nos cursos de Direito, pois a Resolução nº 09 do CNE/CES, de 29 de setembro de 2004, estabelece que o mesmo deverá ser desenvolvido individualmente.

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA
CURSO DE DIREITO

JOÃO DA SILVA JUNIOR

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
A gestão democrática da cidade**

LOCAL
2010

2.1.1.2 Capa da monografia

A capa da monografia deve conter os elementos das capas dos trabalhos acadêmicos em geral (nome da instituição; nome do autor; título e subtítulo, se houver; número de volumes, quando houver mais de um; local da instituição onde deve ser apresentado (cidade); ano de depósito). No entanto, a capa da monografia apresenta maior rigidez formal e algumas singularidades em relação à capa do projeto.

Ao contrário do projeto, o nome do aluno/pesquisador deve figurar em primeiro plano na capa da monografia, já que este é o autor da pesquisa realizada. Já o nome da instituição deve figurar na parte inferior da capa, entre o local da instituição onde deve ser apresentado (cidade) e o ano de depósito. Alguns chegam a colocar o nome da instituição como elemento opcional da capa da monografia²⁶.

Exemplo de capa de monografia:

²⁶ FRANÇA, 2004, p. 35.

FULANO DE TAL (NOME COMPLETO DO ALUNO)

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
A gestão democrática da cidade**

LOCAL
CURSO DE DIREITO
2010

2.1.2 Folha de rosto

A ABNT estabelece que a folha de rosto é elemento obrigatório dos trabalhos acadêmicos, devendo conter:

- a) nome do autor;
- b) título e subtítulo, se houver;
- c) número de volumes, quando houver mais de um;
- d) nota explicativa de que se trata o trabalho;
- e) área de concentração
- f) orientador;
- g) local da instituição onde deve ser apresentado (cidade);
- h) nome da instituição;
- i) ano de depósito.

Vale ressaltar, que a ABNT não inclui o nome da instituição como elemento obrigatório da folha de rosto²⁷. No entanto, mesmo reconhecendo em tal elemento caráter facultativo, entendemos ser mesmo informação importante para a identificação do trabalho acadêmico²⁸.

2.1.2.1 Folha de rosto do projeto de monografia

A folha de rosto do projeto de monografia apresenta os mesmos elementos obrigatórios para os demais trabalhos acadêmicos. No entanto, conforme já tratado no item 1.1.1 do presente manual, entendemos que o nome da instituição deve figurar na parte superior da folha de rosto, tendo em vista que, no projeto, o aluno/pesquisador é apenas proponente e não ainda o autor da pesquisa.

No que diz respeito à nota explicativa, a NBR nº 14.724 da ABNT, determina que deve ser digitada em espaço simples e alinhada do meio da página para a margem direita. A nota explicativa deve conter:

²⁷ FRANÇA, 2004, p. 35.

²⁸ No mesmo sentido, cf. GUSTIN, DIAS, 2006, p. 49; LEITE, 2001, p. 265; NUNES, 2002, p. 164-165.

- a) natureza do trabalho (ex.: projeto de pesquisa, monografia, dissertação, tese, entre outros);
- b) o objetivo do trabalho (ex.: à aprovação em disciplina, à conclusão do curso, entre outros);
- c) nome da instituição a que é submetido (ex.: curso, faculdade, universidade entre outros).

Juntamente com a nota explicativa deve estar presente, na folha de rosto:

- a) área de concentração do trabalho (ex.: Filosofia do Direito, Direito Civil, Direito do Trabalho);
- b) nome completo e a titulação do orientador do trabalho (ex.: Prof. Msc. Federico Nunes de Matos).

Exemplo de folha de rosto de projeto:

FACULDADES DOCTUM - NOME DA UNIDADE
CURSO DE DIREITO

NOME COMPLETO DO ALUNO

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
A gestão democrática da cidade**

Projeto de Monografia apresentado ao Curso de Direito das Faculdades Doctum de (nome da unidade), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de Concentração: Direito Administrativo
Orientador: Prof. Msc. Fulano de Tal (nome completo do professor)

LOCAL

2010

2.1.2.2 Folha de rosto da monografia

Na monografia, a folha de rosto pouco difere do projeto. No presente manual, pelas razões já referidas no item 1.1.2 deste trabalho, entendemos que o nome do aluno/pesquisador deve figurar em primeiro plano na folha de rosto da monografia, já que este é o autor da pesquisa realizada. Já o nome da instituição deve figurar na parte inferior da capa, entre o local da instituição onde deve ser apresentado (cidade) e o ano de depósito. Há quem entenda que o nome da instituição não seja elemento obrigatório na folha de rosto²⁹. No entanto, nos filiamos àqueles que entendem ser importante a apresentação do nome da instituição na folha de rosto³⁰.

No verso da folha de rosto da monografia deverá ser inserida a ficha bibliográfica do trabalho. Recomendamos ao aluno/pesquisador que procure a bibliotecária responsável pela biblioteca da Instituição na qual o trabalho será apresentado para auxiliá-lo na elaboração da citada ficha.

Exemplo de folha de rosto de monografia:

²⁹ FRANÇA, 2004, p. 35.

³⁰ No mesmo sentido, cf. GUSTIN, DIAS, 2006, p. 49; LEITE, 2001, p. 265; NUNES, 2002, p. 164-165.

NOME COMPLETO DO ALUNO

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
A gestão democrática da cidade**

Monografia apresentada ao Curso de Direito das Faculdades Doctum, Unidade de (especificar a unidade), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de Concentração: Direito Administrativo

Orientador: Prof. Msc. Fulano de Tal (nome completo do professor orientador)

LOCAL
CURSO DE DIREITO
2010

2.1.3 Resumo na língua vernácula

O resumo consiste em texto conciso e seletivo, apresentado pelo próprio autor do trabalho acadêmico, ressaltando de forma clara e sintética a natureza do trabalho, sua originalidade, seus resultados e conclusões mais importantes. O resumo tem como principal objetivo auxiliar outros pesquisadores na seleção de leituras³¹. O resumo também auxilia na apresentação de trabalhos em encontros científicos ou na sua publicação nos anais desses encontros.

O resumo não deve conter informações novas, ou seja, que já não tenha sido tratada ao longo do trabalho³². Recomenda-se a elaboração do resumo após a conclusão das partes textuais do trabalho acadêmico. Em relação à forma, o resumo deve seguir a formação adotada nas demais partes do trabalho (espaçamento entre os elementos, margens e tipo de letra).

O vocábulo “resumo”, que antecede o texto, deve ser centralizado, podendo ser destacada, assim como os demais títulos em negrito ou sublinhado. Quanto à extensão, o resumo de trabalhos acadêmicos deve conter entre 150 a 500 palavras³³.

2.1.4 Resumo em língua estrangeira

Consiste em tradução do resumo em língua vernácula para o inglês ou outro idioma de difusão internacional. O resumo em língua estrangeira deve suceder ao resumo em língua vernácula. O resumo pode ser traduzido para tantos idiomas quantos forem convenientes para a difusão do trabalho.

Nas monografias de conclusão de curso, o resumo em língua estrangeira é facultativo. Nas dissertações de mestrado, geralmente, é recomendável que haja pelo menos uma tradução para língua estrangeira. Nas teses de doutorado, ao seu turno, recomenda-se, no mínimo, duas traduções do resumo para línguas estrangeiras. Empregam-se os seguintes cabeçalhos para os resumos em língua

³¹ FRANÇA, 2004, p. 80.

³² GUSTIN, DIAS, 2006, p. 50.

³³ FRANÇA, 2004, p. 80.

estrangeira: *Abstract* (inglês), *Résumé* (francês), *Resumen* (espanhol) e *Zusammenfassung* (alemão)³⁴.

2.1.5 Sumário

O sumário constitui-se de listagem das principais divisões do texto (seções e outras partes), “refletindo a organização e a grafia da matéria no texto”³⁵, acompanhada dos números das páginas em que serão localizados.

Muitas vezes, o sumário é confundido com o índice. Ao contrário do sumário que é elemento pré-textual, o índice aparece ao final do texto – após as “referências bibliográficas” –, constitui-se de listagem de palavras ou frases significativas (autores, obras, figuras ou termos técnicos) com a indicação de sua localização no texto³⁶. Enquanto o sumário é elemento obrigatório dos trabalhos acadêmicos, o índice é elemento opcional³⁷.

Em relação à forma, o vocábulo “sumário” deve ser escrito em letras maiúsculas ou em negrito e centralizado, utilizando o mesmo tipo (fonte) empregado para as demais seções do trabalho. No sumário, deve-se utilizar numeração progressiva das seções, proporcionando desenvolvimento claro e coerente do texto e facilitando a localização de cada uma das partes do trabalho. A ABNT recomenda, na NBR nº 6.024/2003, o emprego de algarismos arábicos na enumeração dos itens do sumário³⁸. Os elementos pré-textuais não devem constar do sumário.

O sumário pode ser dividido em partes e cada parte em capítulos (Ex.: Parte I, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3; Parte II, Capítulo 4, Capítulo 5; e assim sucessivamente). Outra opção é dividir o sumário apenas em capítulos (Ex.: Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3, e assim sucessivamente). A divisão do projeto de pesquisa, por sua vez, não é feita em capítulos, mas apenas em itens, em decorrência do reduzido tamanho de seu texto³⁹.

³⁴ FRANÇA, 2004, p. 81.

³⁵ FRANÇA, 2004, p. 86.

³⁶ FRANÇA, 2004, p. 86.

³⁷ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 51; LEITE, 2001, p. 268.

³⁸ Cf. também FRANÇA, 2004, p. 89.

³⁹ GUSTIN, DIAS, 2006, p. 52.

A partir do sumário deve ser realizada a numeração das páginas do trabalho, com algarismos arábicos⁴⁰. O sumário deve incluir apenas as partes do trabalho acadêmico que lhe sucedem, sendo assim, não deve incluir os demais elementos pré-textuais⁴¹.

A ABNT, visando melhor visualização das seções do documento no sumário, recomenda destacar gradativamente o texto. Por exemplo: a) nas seções primárias usar tipos grafados em letras maiúsculas e em negrito; b) nas seções secundárias usar tipos grafados com letras maiúsculas e sem negrito; c) nas seções terciárias usar os tipos grafados com letra minúscula e em negrito; d) nas seções quaternárias usar os tipos grafados com letra minúscula e sem negrito.

Exemplo de sumário:

⁴⁰ FRANÇA, 2004, p. 89.

⁴¹ FRANÇA, 2004, p. 86. O sumário, em regra, é o último dos elementos pré-textuais. Nas publicações que tenham prefácio, o sumário será o penúltimo elemento pré-textual (FRANÇA, 2004, p. 89).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	2
CAPÍTULO I - ORIGEM DA RETROCESSÃO.....	2
1.1 Origem etimológica do vocábulo retrocessão	2
1.2 Retrocessão no sentido comum	2
1.3 Retrocessão no sentido técnico ou jurídico.....	2
1.4 Conceito.....	7
CAPÍTULO II - O INSTITUTO DA RETROCESSÃO NO DIREITO COMPARADO....	7
2.1 No Direito Francês.....	8
2.2 No Direito Italiano.....	9
2.3 No Direito Mexicano.....	10
2.4 No Direito Argentino.....	11
2.5 No Direito Alemão.....	12
2.6 História do instituto da retrocessão no Brasil.....	13
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
 REFERENCIAS	

2.1.6 Outros elementos pré-textuais opcionais

2.1.6.1 Dedicatória

Constitui de texto, geralmente curto, no qual o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho a alguém.

2.1.6.2 Agradecimentos

Constitui de agradecimento a pessoa ou instituições que, de alguma forma, colaborou para a execução do trabalho.

2.1.6.3 Epígrafe

Consiste de citação de pensamento que, de alguma maneira, embasou a gênese da obra. A epígrafe também pode ser feita no início de cada capítulo ou de partes principais do trabalho acadêmico.

2.1.6.4 Lista de abreviaturas e siglas

A “lista de abreviaturas e siglas” consiste em relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas na publicação, seguidas das palavras a que correspondem por extenso. Tal lista é usada para evitar a repetição de palavras e expressões freqüentemente utilizadas no texto. Recomenda-se usar as abreviaturas já existentes ao invés de criar novas.

No corpo do texto, quando uma sigla ou abreviatura for apresentada pela primeira vez, deve estar entre parênteses e ser precedida do nome por extenso.

Exemplo: *Supremo Tribunal Federal* (STF)

Exemplo de lista de abreviaturas e siglas:

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBG – Bundesbeamtengesetz (Lei dos Funcionários Públicos Federais da Alemanha)

BRRG – *Rahmengesetz zur Vereinheitlichung des Beamtenrechts* (Lei Geral de Unificação do Direito dos Funcionários Públicos da Alemanha).

CE – *Constitución Española* (Constituição Espanhola de 1978).

CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

CRP – Constituição da República Portuguesa de 1976.

DASP – Departamento Administrativo de Serviço Público

2.2 Elementos textuais⁴²

I. Introdução (elemento obrigatório): trata-se da apresentação dos objetivos do trabalho, da ancoragem do tema proposto, seu problema e os procedimentos que serão adotados para o desenvolvimento do estudo. Na introdução, o autor deve esclarecer o leitor do que se trata o trabalho, o raciocínio adotado, apontar a contribuição do trabalho para o âmbito científico. Deve ser sucinta e adequada ao trabalho acadêmico.

II. Desenvolvimento (elemento obrigatório): corresponde ao corpo do trabalho e será construído de acordo com a proposta de estudo. Os capítulos e subtítulos devem apresentar o conteúdo da pesquisa de forma clara com consistência teórico-metodológica. O desenvolvimento, de acordo com Severino é

[...] a fase de fundamentação lógica do tema deve ser exposta e provada; a reconstrução racional tem por objetivo explicar, discutir e demonstrar. Explicar é tornar evidente o que estava implícito, obscuro ou complexo; é descrever, classificar e definir. Discutir é comparar as várias posições que se entrecrocaram dialeticamente. Demonstrar é aplicar a argumentação apropriada à natureza do trabalho. É partir de verdades garantidas para novas verdades.⁴³

III. Considerações finais (elemento obrigatório): é uma síntese do estudo realizado. Deverá ser breve e tomar por objetivo a recapitulação, de forma resumida, dos resultados da pesquisa, dos objetivos e das metas atingidas. Deve conter um balanço do autor sobre as questões levantadas para a pesquisa e identificadas durante o seu desenvolvimento. “O autor pode ainda manifestar o seu ponto de vista sobre os resultados obtidos, sobre o alcance dos mesmos.”⁴⁴

2.2.1 Apresentação gráfica

No que diz respeito à apresentação gráfica, os trabalhos acadêmicos devem ser digitados em papel branco de boa qualidade, no tamanho A4 (210mm X 297 mm), impresso em tinta preta, em apenas uma face, usando-se espaço 1,5 (um e

⁴² De acordo com a ABNT/NBR 14724/2006, os elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) é a parte do trabalho em que é exposta a matéria.

⁴³ SEVERINO, 2002, p. 82.

⁴⁴ Idem, 2002, p. 83.

meio) entre as linha (NBR nº 14.724/2005). Utiliza-se do espaço simples apenas para citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências bibliográficas, notas explicativas e folha de rosto. As referências bibliográficas que aparecem como parte pós-textual dos trabalhos acadêmicos devem ser separadas entre si com dois espaços simples.

Visando melhor aproveitamento do papel as margens devem seguir as seguintes medidas: a) superior e esquerda, 3 (três) cm; b) inferior e direita, 2 (dois) cm. Ao se adotar o formato tradicional de parágrafo, deve-se recuar o início do texto em 1,25 (um vírgula vinte e cinco) cm da margem esquerda da página. No entanto, nos últimos anos, por influência norte-americana, tornou-se comum encontrar trabalhos acadêmicos em que o parágrafo aparece sem o tradicional recuo⁴⁵. Nestes trabalhos, os parágrafos são alinhados à esquerda e são inseridos entre eles um espaço 1,5 (um e meio) ou 2 (duplo), conforme o espaçamento adotado no texto. Nos trabalhos jurídicos, ainda é mais comum a opção pelo formato tradicional de parágrafo.

Os títulos dos trabalhos devem ser formatados sempre em fonte 12, em caixa alta (letra maiúscula). Já os subtítulos, também em fonte 12, requerem a formatação em caixa baixa (letra minúscula).

2.2.2 Citações

2.2.2.1 Citação indireta ou livre

A citação indireta é empregada para os casos em que se reproduz idéias e informações de uma obra, sem, entretanto, transcrever as próprias palavras do autor⁴⁶. Em outras palavras, na citação indireta (ou livre) está se citando idéias e não trecho específico de determinado texto. São várias as formas de se fazer esse tipo de citação. No presente manual, recomendamos a utilização da nota de rodapé (nota de referência) indicando a(s) fontes(s), para evitar a interrupção da seqüência do texto. Na nota de referência deverá constar: a) o último nome do autor, em letra

⁴⁵ HENRIQUES, MEDEIROS, 2001, p. 189.

⁴⁶ FRANÇA, 2004, p. 121.

maiúscula; b) o ano de publicação da obra; c) página de onde foi retirada a idéia ou informação.

Exemplo de nota de referência:

¹ MEIRELLES, 1999, p. 34.

² TÁCITO, 1959, p. 45.

³ PERREIRA, 1996, p. 150.

2.2.2.2 Citação direta ou textual

A citação direta ou textual consiste em transcrição de textos de outros autores. A citação direta é reproduzida entre aspas duplas exatamente como consta do original, sempre acompanhada de informações sobre a fonte (referência). Nas citações textuais deve-se indicar, após a data, a(s) página(s), volume(s), tomo(s), parte(s) da fonte consultada.

2.2.2.3 Citação curta

As citações curtas são aquelas ocupam até três linhas do texto. Tais citações são inseridas no texto entre aspas, sem qualquer tipo de destaque (negrito ou itálico).

Exemplo de citação curta:

Em decorrência das falhas dos critérios anteriores em encontrar os limites de aplicação do Direito Administrativo e, em última instância, a própria noção nuclear deste ramo jurídico, surge o critério estatutário, “como último reduto, como última tentativa de superar as referidas dificuldades”²².

²² ESTORNINHO, 1999, p. 346.

Caso haja transcrição no interior do texto que está sendo transcrito, a mesma deverá ser indicada por aspas simples.

Exemplo de transcrição dentro de outra:

Como observa Maria João Estorninho, “se a Administração do Estado Liberal se contentava em ‘laissez faire’, a Administração do Estado Social propõe-se ‘faire elle-même’”³².

³² ESTORNINHO, 1999, p. 36.

2.2.2.4 Citação longa

As citações longas – que ocupam mais de três linhas – devem constituir parágrafo independente, recuado 4 (quatro) centímetros da margem esquerda, com espaçamento simples entre as linhas e, preferencialmente, com letra menor do que a utilizada no restante do texto. No caso das citações longas, as aspas são dispensadas.

Exemplo de citação longa:

Neste sentido, afirma Francisco Liberal Fernandes que:

o aumento do número de agentes fez com que a grande maioria destes passasse a não ter qualquer interferência com o exercício do poder administrativo, limitando-se a contribuir para o funcionamento dos serviços em condições idênticas às dos trabalhadores no sector privado.¹²

¹² FERNANDES, 1995, p. 15, n. 17.

2.2.2.5 Citação de citação

Nos trabalhos acadêmicos o aluno/pesquisador deve se esforçar ao máximo para buscar ter acesso aos textos originais. No entanto, nem sempre é possível ter acesso a certas obras. Neste caso, o pesquisador poderá reproduzir trecho de obra já citada por outros autores, cujos textos tenham sido efetivamente consultados.

No caso de citação de citação, deve-se citar o sobrenome do autor do documento citado seguido das expressões “citado por”, “*apud*” ou “conforme”, e o sobrenome do autor do texto efetivamente consultado, seguido do ano da obra e número(s) da página(s).

Exemplo de citação de citação:

Parcela da doutrina alemã³⁹ considera inaceitável, na atual ordem constitucional, a negação dos direito de greve e negociação coletiva aos funcionários públicos, já que a Lei Fundamental consagra no artigo 9, III, o direito de coalizão para todos os indivíduos, inclusive os funcionários públicos (*Beamten*).

³⁹ DÄUBLER *apud* ARAÚJO, 1998, p. 335.

2.2.3 Notas de rodapé

As notas de rodapé são utilizadas para prestar esclarecimentos ou informações, que não devam ser incluídas no corpo do texto, evitando, como isso, a interrupção da seqüência lógica da leitura⁴⁷. Neste sentido, vale conferir as lições de Rizzatto Nunes: “As notas cumprem algumas funções específicas que decorrem

⁴⁷ FRANÇA, 2004, p. 131.

dessa básica, que é tirar do corpo principal do trabalho aquelas informações que são secundárias, deixando o texto mais limpo e fácil de ser lido e entendido”⁴⁸.

Para se fazer a chamada das notas de rodapé, utiliza-se de algarismos arábicos, como numeração consecutiva. A numeração das notas de rodapé pode se reiniciar a cada capítulo ou parte⁴⁹. Em trabalhos menores, pode-se utilizar seqüência numérica única para todo o texto. As notas de rodapé devem ser feitas com espaço simples e letra menor que a utilizada no restante do texto.

Há duas modalidades de notas de rodapé: a) notas de referência; b) notas de explicativas.

2.2.3.1 Notas de referência

As notas de referência são empregadas para indicar fontes bibliográficas citadas ao longo do trabalho. Tais notas permitem a comprovação ou ampliação de conhecimentos do leitor do texto⁵⁰. As citações de textos no corpo principal do trabalho (diretas ou indiretas) devem ter remissão no rodapé.

Na nota de referência deverá constar: a) o último nome do autor, em letra maiúscula; b) o ano de publicação da obra; c) página de onde foi retirada a idéia ou informação.

Quando houver mais de uma citação seguida ou bem próxima, todas do mesmo autor ou mesma obra, a primeira citação será feita como mostrado acima, já a partir da segunda poderão ser usadas as expressões latinas, seguidas do número da página citada: a) *ibidem* – mesmo lugar ou mesma obra; b) *idem* – mesmo autor; c) *idem, ibidem* – do mesmo autor na mesma obra.

Exemplo de nota de referência:

¹ MEIRELLES, 1999, p. 34.

² TÁCITO, 1959, p. 45.

³ PERREIRA, 1996, p. 150.

⁴⁸ NUNES, 2002, 104.

⁴⁹ NUNES, 2002, p. 114.

⁵⁰ FRANÇA, 2004, p. 131.

2.2.3.2 Notas explicativas

As notas explicativas, como o próprio nome indica, referem-se a comentários ou observações pessoais do autor, que por serem secundárias devem ser levadas para o rodapé do trabalho. Tais notas garantem ao trabalho riqueza de informações, sem prejudicar a argumentação e a clareza do texto principal.

Exemplo de referência explicativa:

Na Alemanha, os empregados públicos gozam de direitos sindicais plenos: associação sindical, negociação coletiva e greve. Já os funcionários públicos sofrem sérias restrições no que tange a direitos coletivos, a ponto de ser garantida apenas a associação sindical²³.

²³ O direito de associação dos funcionários públicos, inclusive de caráter sindical, não é novidade na ordem jurídica alemã, já tendo sido reconhecido pela Constituição de Weimar (art. 130), porém suprimido no período nacional socialista (ARAÚJO, 1998, p. 335).

2.3 Elementos pós-textuais

2.3.1 Referências bibliográficas

As referências bibliográficas constituem num conjunto de obras efetivamente utilizadas⁵¹ e citadas no corpo do trabalho acadêmico. Tais referências são inseridas após o texto das monografias, dissertações ou teses. Trata-se, pois, da listagem das obras citadas ao longo do trabalho.

No momento de elaboração do trabalho acadêmico, recomenda-se que as referências bibliográficas sejam produzidas concomitantemente à redação do trabalho. O ideal é que o aluno/pesquisador, a cada nova obra citada no corpo do texto, faça sua

⁵¹ FRANÇA, 2004, p. 139.

inclusão nas referências bibliográficas.

As referências bibliográficas devem obedecer a ordem alfabética única⁵² de sobrenome do autor e título para todo tipo de material consultado, independente do formato em que se apresente (livro, artigo de periódico, jornal, legislação, jurisprudência, entre outros). Por fim, vale lembrar que as referências bibliográficas devem ser elaboradas utilizando-se de espaço simples, devendo ser separadas entre si com dois espaços simples.

Tendo em vista a diversidade de fontes de pesquisa, as quais incluem bibliografia impressa, artigos de sites eletrônicos, legislação, documentos públicos ou privados, filmes, reportagens televisivas, dentre outras espécies, utilizar REFERÊNCIAS (gênero) ao invés de Referências Bibliográficas (espécie).

Por derradeiro, deve constar nas “REFERÊNCIAS” (tópico final da monografia onde se consta a listagem de obras bibliográficas, digitais, e das possíveis fontes de pesquisa possíveis) apenas o material efetivamente mencionado no corpo do texto, seja direta ou indiretamente.

Apresentaremos, a seguir, as principais formas de referências:

a) Livros:

AUTOR. *Título* (em itálico): subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, data
(ano). Número de páginas ou volumes.

Exemplo:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 19^a ed. São Paulo:Malheiros, 2005. 1016p.

b) Livros em formato eletrônico:

AUTOR. *Título* (em itálico): subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, data

⁵² FRANÇA, 2004, p. 139.

(ano). Número de páginas ou volumes. Descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

GORDILLO, Agustín A. *La administración paralela: el parasistema jurídicoadministrativo*. Madri: Civitas, 2001. 155p. Disponível em: <<http://www.gordillo.com/AdmPar.htm>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2007.

c) Monografias, Dissertações e Teses:

AUTOR. *Título* (em itálico): subtítulo. Ano de Apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Nome da Faculdade, Nome da Universidade, cidade, ano da defesa.

Exemplo:

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Conflitos coletivos e negociação na função pública: contribuição ao tema da participação em direito administrativo*. 1998. 461 f. Tese (Doutorado em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

d) Monografias, Dissertações e Teses em formato eletrônico:

AUTOR. *Título* (em itálico): subtítulo. Ano de Apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Nome da Faculdade, Nome da Universidade, cidade, ano da defesa. Descrição física do meio eletrônico (disquete, CDROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

BOLTAINA I BOSCH, Xavier. *Los procesos de funcionarización del personal laboral al*

servicio de las Administraciones Públicas. 2004. 1.079 f. Tesi Doctoral – Departament de Dret Públic i Ciències Històrico-Jurídiques, Universitat Autònoma de Barcelona, 27

Barcelona, 2004. Disponível em: <<http://www.tdx.cesca.es/TDX-0216105-160845/>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2007.

e) Legislação:

JURISDIÇÃO (Nome do país, estado ou município) ou NOME DA ENTIDADE (no caso de regulamento). Título (em itálico), numeração e data (dia, mês e ano). Elementos complementares para melhor identificação do documento (se necessário). Dados da publicação que transcreveu o documento.

Exemplo:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2006.

f) Legislação em formato eletrônico:

JURISDIÇÃO (Nome do país, estado ou município) ou NOME DA ENTIDADE (no caso de regulamento). Título (em itálico), numeração e data (dia, mês e ano). Dados da publicação que transcreveu o documento. Descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

Minas Gerais. *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais*, Lei

n. 869, de 5 de julho de 1952. Minas Gerais – diário oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/downloads/EstatutoServidor.pdf>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2007.

g) Jurisprudência:

JURISDIÇÃO (Nome do país, estado ou município) e Órgão jurisdicional competente. Título (natureza da decisão ou ementa) e número. Partes envolvidas (se houver). Relator. Local, data (dia, mês e ano). Dados da publicação que transcreveu o documento.

Exemplo:

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Constitucional. Trabalho. Justiça do Trabalho. Competência. Ações dos servidores públicos. CF, arts. 37, 39, 40, 41, 42 e 114. Lei n.º

8.112, de 1990, art. 240, alíneas *d* e *e*. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 492-1- DF. Autor: Procurador-Geral da República. Relator Ministro Carlos Velloso. Acórdão 12

de novembro de 1993. *LEX Jurisprudência do STF*, São Paulo, n. 175, p. 49-90, jul. 1994.

h) Jurisprudência em formato eletrônico:

JURISDIÇÃO (Nome do país, estado ou município) e Órgão jurisdicional competente. Título (natureza da decisão ou ementa) e número. Partes envolvidas (se houver). Relator. Local, data (dia, mês e ano). Descrição física do meio eletrônico (disquete, CDROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Insuficiência de relevo de fundamentação jurídica

em exame cautelar, da argüição de inconstitucionalidade de decreto estadual que não está a regular (como propõem os requerentes) o exercício do direito de greve pelos servidores públicos; mas a disciplinar uma conduta julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal, até que venha a ser editada a lei complementar prevista no art. 37, II, da Carta de 1988 (M.I. n 20, sessão de 19-5-94). Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.306-8-BA. Autor: Partido dos Trabalhadores – PT e Outros. Relator Ministro Otavio Gallotti. Acórdão 30 de junho de 1995. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2004.

i) Capítulo de livros:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. *In:* AUTOR DO LIVRO. Título (itálico): subtítulo do livro. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, data (ano). Páginas inicial-final da parte.

Exemplo:

COSMÓPOLIS, Mario Pasço. Jornada e descansos remunerados no peru. *In:* BUEN, Néstor de (Coord.). *Jornada de trabalho e descansos: perspectiva ibero-americana*. São Paulo: LTr, 1996. 471-510.

j) Capítulo de livros em formato eletrônico:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. *In:* AUTOR DO LIVRO. Título (itálico): subtítulo do livro. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, data (ano). Páginas inicial-final da parte. Descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

TORRENTE, Susana. El ejercicio del derecho de huelga y los servicios esenciales. *In:* VILLALOBOS, Patricia Kurczyn (Coord.). *Relaciones laborales en el siglo XXI*.

México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000. 215-238. Disponível em: <<http://www.bibliojuridica.org/libros/1/43/9.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2007

k) artigo de periódico:

AUTOR. Título: subtítulo do artigo. Título do Periódico (itálico), local (cidade) de publicação, número de volumes, número de fascículos, páginas inicial-final, mês e ano.

Exemplo:

FONSECA, Antônio Bosco da. Servidores públicos – dissídios individuais e coletivos –
competência – possibilidade jurídica do acolhimento das reivindicações. *Revista LTr*. São Paulo, v. 56, n. 10, p. 1175-1176, outubro de 1992.

l) artigo de periódico em formato eletrônico:

AUTOR. Título: subtítulo do artigo. Título do Periódico (itálico), local (cidade) de publicação, número de volumes, número de fascículos, páginas inicial-final, mês e ano. Descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM) ou Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia, mês e ano.

Exemplo:

GUERZONI FILHO, Gilberto. Análise da Lei n. 9.962, de 22 de fevereiro de 2000: a contratação de servidores pela CLT. *Revista Diálogo Jurídico*. Salvador, Centro de Atualização Jurídica, ano I, vol. 1, n. 2, maio de 2001. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf_2/DIALOGO-JURIDICO-02-MAIO-2001GILBERTO-GUERZONI.pdf . Acesso em: 24 de fevereiro 2007.

m) Bíblia:

BÍBLIA. Língua em que foi traduzida. *Bíblia Sagrada*. Local de publicação (cidade): Editora, ano. Número de páginas ou volume.

Exemplo:

BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada*: contendo velho e novo testamento. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1962. 1v.

2.3.2 Apêndice e anexo

Elementos pós-textuais usuais em trabalhos acadêmicos são os apêndices e anexos. Ambos os elementos constituem em documentos complementares e/ou comprobatórios do texto apresentado⁵³. No entanto, enquanto o apêndice é documento de autoria do próprio autor do trabalho acadêmico, o anexo é documento de autoria diversa⁵⁴, trazendo informações esclarecedoras, tabelas ou dados colocados à parte, para não romper com a seqüência lógica da exposição.

É importante destacar que referências, anexos, apêndices devem ser incluídos na numeração seqüencial das páginas.

Observação: Há nítida distinção entre Apêndice e Anexo.

Apêndice - diz respeito a dados produzidos ou inter cruzados pelo autor da pesquisa monográfica, constituindo-se no status de dados secundários, haja vista sua modificação.

Exemplo: tabela de dados (em excel), relatórios, questionários, entrevistas.

Anexo – refere-se à copilação de dados preexistentes, não criados pelo autor da monografia, constituídos sob a forma de dados primários.

Exemplo: documentos, leis, projetos de lei, atas, seleção de jurisprudência.

⁵³ FRANÇA, 2004, p. 39.

⁵⁴ HENRIQUES, MEDEIROS, 2001, p. 186.

2.4 Elementos de argumentação jurídica

Toda argumentação é constituída por elementos lingüísticos que buscam a promoção da persuasão como poder do convencimento. A lógica da argumentação jurídica pressupõe a existência de verdades relativas que, devido a isso, admitem opiniões adversas.

a) É fundamental, portanto, a explicitação de opiniões distintas daquela sustentada pelo pesquisador para que, através da tese e antítese, seja produzida a síntese das idéias.

b) Ao iniciar a confecção do texto monográfico verificar a relação entre causa e efeito existente em cada tópico a ser desenvolvido (distinção entre premissas e conclusões).

c) O enunciado do tópico de cada capítulo deve ser, necessariamente, respondido ao longo do texto. Comprova coerência na idéias articuladas.

d) Evitar a menção a termos equívocos, ou com sentido dúbio. É fundamental a fixação de significado para cada termo empregado.

d.1) Caso seja assunto de divergência doutrinária, explicar o sentido sob a forma de nota de rodapé.

d.2) O desconhecimento do significado das palavras empregadas sem segurança no texto pode comprometer completamente o seu próprio sentido.

e) Em se tratando da explanação de temas polêmicos, omissos em nosso direito ou com grande divergência doutrinária, é importante a utilização do direito comparado para fins de correlação da cultura jurídica brasileira em relação aos costumes adotados pelo ordenamento jurídico de outros países. Isso facilita o reforço à

argumentação, favorecendo a construção da analogia.

f) É fundamental a concisão e concretude do texto. A objetividade facilita o pesquisador na organização das ideias.

f.1) O texto prolixo (excessivamente extenso) incorre no risco de apresentar contradições, comentários repetitivos, obscurecendo a coesão das ideias.

g) Não se valer de linguagem radical no tocante ao posicionamento assumido, pois a manifestação da agressividade no texto distorce os propósitos da análise científica (sujeição à crítica). Evitar melhorias na argumentação pela via de distorções, desdém ou ridicularização de argumentos contrários.

h) Evitar a emissão de juízo pessoal de valor referente a considerações de doutrinas, leis e institutos jurídicos.

Justificativa: não há unicidade no reconhecimento da eficácia de instrumentos jurídicos, bem como da veracidade de doutrinadores.

Exemplos:

Conforme expressa o renomado Doutor Alexandre de Moraes, expoente em matéria de Direito Constitucional [...]

A legislação penal, com todo o esplendor, aponta soluções viáveis à resolução do conflito.

A Lei n. 7.210/84 é, sem dúvida, uma das normas de maior grau de excelência do ordenamento jurídico brasileiro.

i) No corpo do texto monográfico, a existência de tópicos intitulados “evolução histórica” ou afins deverão ser desenvolvidos a partir de duas diretrizes distintas, conforme opção do orientando:

i.1) recorte paradigmático – o aluno deverá adotar a concepção de paradigma de Thomas Kuhn, o que determina a necessidade de reconhecimento de rupturas de um modelo científico em relação a outro.

Exemplo: no caso de evolução histórica dos direitos fundamentais, cabe a adoção de paradigmas de Estado de Direito (Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito).

i.2) recorte cronológico – o aluno deverá desenvolver a argumentação de seu assunto específico a partir de uma seqüência lógica de tempo, evitando retroagir em datas.

Exemplo: no caso de evolução histórica de determinado direito fundamental, cabe a retratação sequencial-lógica, apontando a cronologia dos fatos determinantes à inclusão, hoje, desse mesmo direito em nosso ordenamento jurídico. Deve haver coerência na menção entre as datas, com intervalos mais regulares entre uma data e outra. Utilizar recortes década a década, século a século, sem quebra de idades históricas como saltar diretamente da Idade Média para a Idade Contemporânea sem referenciar a Idade Moderna.

Justificativa: organizar o leitor na assimilação da reconstituição dos fatos que eclodiram na ascensão de determinado instituto jurídico, objeto de questionamento na monografia.

j) Não se deve valer de repetição reiterada de palavras, sobretudo no mesmo período de oração.

Ex: O que deve ser claro a todos é que cidadania não se conquista, apenas é cidadania. Cidadania é um estado e não uma conquista, que já que todos nascem cidadãos e não se tornam cidadãos. O que vai diferenciara cidadania brasileira de qualquer outra é o conteúdo de ser cidadão brasileiro.

k) Evitar o uso de expressões coloquiais, regionalistas, tendo em vista o foco permanente de caráter científico do texto monográfico.

Ex: Por sua vez, as alterações trazidas com a lei 9.714/98, demonstraram a preocupação com a ressocialização do apenado, vez que criaram penas alternativas. Mas a verdadeira razão não se encontra aí, mas sim na impotência estatal de facear as despesas com um presidiário. Ignorar isso é o mesmo que querer tapar o sol com a peneira. Nem mesmo uma criança, aluna de primeiro grau, acreditaria nessa preocupação.

l) O texto monográfico deve ser necessariamente padronizado em mesma pessoa verbal, podendo se optar por duas espécies de sujeito:

a) primeira pessoa do plural, ficando implícito o uso do próprio sujeito.

Ex: Observamos, no caso brasileiro, uma incompatibilidade estabelecida entre a lei e o caso concreto.

Observação: é fundamental manter a impessoalidade no texto. Por isso é fundamental a exclusão de primeira pessoa do singular.

b) terceira pessoa do singular + partícula SE.

Ex: Observa-se, no caso brasileiro, uma incompatibilidade estabelecida entre a lei e o caso concreto.

m) Para a clareza das idéias no texto é fundamental que se evite a construção de períodos longos dentro de uma mesma oração.

2.5 Das partes da monografia jurídica

2.5.1 Da introdução

A “INTRODUÇÃO” da monografia requer uma síntese do projeto de pesquisa, sendo necessária a junção resumida do tema, objetivo geral, problema, marco teórico, metodologia (com inclusão de setores do conhecimento, explicitação de natureza inter e transdisciplinar, espécie da pesquisa) e hipótese.

2.5.1.1 Nesse sentido, não é espaço para discussão e aprofundamento do tema abordado no trabalho de pesquisa, apenas um intróito referente à metodologia empregada.

2.5.1.2 Após a explicitação da metodologia empregada (resgate do projeto de pesquisa), a “INTRODUÇÃO” deve conter a distribuição dos capítulos previstos no SUMÁRIO.

Observação: Neste caso, é importante lançar apenas o título de cada capítulo da monografia, seguido de breve justificativa (resumo do que pretende ser explanado).

2.5.1.3 A “INTRODUÇÃO” tem por finalidade a promoção de apresentação do trabalho monográfico, com apontamento das diretrizes metodológicas empregadas, menção expressa à ratificação ou negação da hipótese e divisão dos capítulos trabalhados.

2.5.1.4 Não convém na “INTRODUÇÃO” recorrer-se a elementos de argumentação jurídica com o fim de fundamentação do texto. Isso deverá ser feito, imprescindivelmente, no decorrer dos capítulos da própria monografia.

2.5.1.5 Para a confecção da “INTRODUÇÃO”, recomenda-se citação direta ou indireta apenas do marco teórico, de modo que este se torne evidenciado.

2.5.1.6 Demais citações são dispensáveis no corpo da “INTRODUÇÃO”, sendo, no entanto, necessárias no corpo da monografia para que não haja a configuração de irregularidades (como o plágio).

EXEMPLO DE “INTRODUÇÃO”

Suponhamos o seguinte tema: “Gestão Pública Participativa: a dinâmica democrática dos orçamentos participativos”

INTRODUÇÃO

[resumo do tema, objetivo geral, problema, marco teórico, metodologia e hipótese]

“A presente monografia, sob o **tema** “Gestão pública participativa: a dinâmica democrática dos orçamentos participativos”, tem por **objetivo** destacar o impacto da participação popular na construção de políticas públicas pela via de instrumentos democráticos como o orçamento participativo. Sendo assim, levanta-se como **problema** se o próprio orçamento participativo funciona, na municipalidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais, como instrumento válido capaz de eleger políticas públicas sustentáveis, atendendo aos interesses da vontade da coletividade.

A esse respeito, tem-se como **metodologia** a confecção de pesquisa teórico-dogmática, haja vista a necessidade de explicação de cunho bibliográfico, sobretudo nos dois capítulos iniciais. Também se inclui pesquisa de campo, com estudo de caso, para a averiguação, no caso concreto, dos impactos produzidos pela experiência do orçamento participativo no Município de Caratinga, durante o ano de 2007. Em face do universo discutido, o trabalho se revela trans e interdisciplinar, vez que aborda discussões envolvendo o Direito Constitucional, o Direito Administrativo, bem como a correspondência com a Sociologia e a Ciência Política.

Como **marco teórico** da monografia em epígrafe, tem-se as idéias sustentadas por Fabiana de Menezes Soares (2006), cuja tese central de seus trabalhos aponta a necessidade do discurso entre poder público e sociedade civil para a legitimação das ações da Administração Pública em nosso Estado Democrático de Direito.

A partir de então, encontra-se substrato à confirmação da **hipótese** que, muito embora ainda haja a necessidade de aderência popular no processo democrático, instrumentos como o orçamento participativo, aplicado no Município de Caratinga, MG, viabiliza a concretização da gestão pública participativa, sendo, portanto, mecanismo válido e legítimo.

[divisão dos capítulos do trabalho logo a seguir]

“Neste sentido, **a presente monografia é dividida** em três capítulos distintos. No primeiro deles, intitulado “A soberania popular no Estado Democrático de Direito”, pretende-se destacar a importância da participação popular e do exercício do poder político para fins de reconhecimento da própria soberania do povo no atual modelo de Estado.

Já no segundo capítulo, denominado “Gestão pública inclusiva”, apontam-se elementos fundamentais para a compreensão da nova esfera pública. Também se destaca o desdobramento constitucional da democracia na condição de regime político expansivo, a qual permite, por meio de instrumentos como o orçamento participativo, a participação direta do povo na gestão da coisa pública. Aborda, por fim, a necessidade de novos instrumentos para o reconhecimento dos direitos fundamentais das minorias sociais.

Por derradeiro, o terceiro capítulo, a saber, “Gestão pública democrática: a construção de políticas públicas participativas”, encerra as discussões pretendidas ao dispor sobre o impacto da participação popular na eleição de políticas públicas constituídas através da operação do orçamento participativo. Analisa-se, também, a concepção republicana que chama o povo ao compromisso do exercício de sua faculdade de participação. Finalizando, retrata-se, por meio de dados obtidos por estudo de caso realizado em Caratinga, Estado de Minas Gerais, no período de janeiro a dezembro de 2007, a experiência do orçamento participativo nessa mesma municipalidade. Desse modo, abarca quais os resultados obtidos, o que possibilitou, portanto, a confirmação da hipótese da pesquisa em epígrafe.”

2.5.2 Das Considerações Conceituais

2.5.2.1 AS “CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS” constituem o quadro teórico fundamental ao esclarecimento da problematização levantada no trabalho. Nesse sentido, enquanto a “INTRODUÇÃO” é meramente técnica, constituindo-se no resgate do PROJETO DE PESQUISA, as “CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS” servem para introduzir a apresentação dos principais referenciais ou conceitos teóricos comumente discutidos ao longo do trabalho monográfico.

2.5.2.2 Os aludidos referenciais teóricos, em tese, compreendem as palavras-chaves contidas logo abaixo do RESUMO apresentado no PROJETO DE PESQUISA.

Observação: No caso do exemplo do tópico anterior, seriam referenciais teóricos conceitos como “democracia participativa”, “orçamento participativo”, “políticas públicas”, “participação popular”.

2.5.2.3 A partir da identificação dos conceitos centrais do trabalho (contidos, portanto, nas “PALVRAS-CHAVE” que sucedem ao “RESUMO”), as “CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS” farão um resgate da “PROBLEMATIZAÇÃO”, elemento também previsto no projeto de monografia, para a contextualização desses conceitos essenciais.

2.5.2.4 É essencial as citações doutrinárias, sejam elas diretas ou indiretas, sobre os referenciais teóricos (conceitos fundamentais explanados na monografia), principalmente em se tratando de obra que demarca o marco teórico do trabalho.

2.5.2.5 As “CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS” devem suceder a “INTRODUÇÃO”, dando seqüência, logo após, o primeiro capítulo do trabalho monográfico.

EXEMPLO DE “CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS”:

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Tendo em vista a importância da temática acerca da participação popular na gestão pública moderna brasileira, é fundamental a análise de alguns conceitos centrais com o objetivo de investigar os impactos do orçamento participativo na Administração Pública dialógica, verificando-se, assim, a validade e legitimidade de tal instrumento.

Nesse propósito, devem ser considerados os seguintes conceitos, dentre os quais se incluem a concepção de “democracia participativa”, o instituto do “orçamento participativo”, a noção jurídica de “políticas públicas”, bem como a visão doutrinária de “participação popular”, os quais passa-se a explicar a partir de então.

No que diz respeito à democracia participativa, a doutrina entende que (...) [fazer citação]

Ademais, o orçamento participativo, segundo a concepção de FULANO E BELTRANO, é “um instrumento democrático de avaliação popular no tocante à eleição de prioridades públicas” (ano, página da citação). [fazer citação]

Outrossim, o Estado brasileiro avança no entendimento de políticas públicas, uma vez que estas são entendidas como (...) [fazer citação]

Por fim, a idéia de participação popular, segundo a doutrina de Müller (2004), é um desdobramento da visão constitucional de povo, a qual se entende como (...) [fazer citação]

2.5.3 Das Considerações Finais

2.5.3.1 Nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS” (título que substitui a “CONCLUSÃO”) apresentar abordagem própria de quais pontos foram centrais na discussão do trabalho, resgatando as críticas mais importantes.

2.5.3.2 Nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS” não há que se lançar dados não mencionados ao longo da monografia.

2.5.3.3 Não cabem citações, diretas ou indiretas, mesmo em nota de rodapé, nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS”. É momento de emancipação acadêmica, permitindo ao discente a exposição de tudo aquilo aprendido no decorrer da pesquisa, sempre mantendo a impessoalidade no texto.

2.5.3.4 É fundamental que a hipótese de trabalho seja explicitamente retratada nas “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, ainda que não seja confirmada (o que não compromete, de maneira alguma, a qualidade da pesquisa).

2.6 REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

GIL, Antônio Carlos. "Como elaborar projetos de pesquisa". 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HUBNER, Maria Martha, "Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado". São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: usos, características e possibilidades. *Caderno de pesquisas em Administração*. São Paulo, v. 3, nº 3, 1996. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/cadpesq/arquivos/C03-art06.pdf>.

NUNES, Rizzatto. *Manual da monografia jurídica*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. *Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias*. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2007.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei Rodrigues. *Pensando o ensino do direito no século XXI: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 356p.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA, José Maria da Silva; SILVEIRA, Emerson Sena. *Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas técnicas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Formulário 2 – Ficha de Planejamento de Atividades de TCC (professor)

Ficha de Planejamento de Trabalho de Conclusão de Curso

IES:		CURSO:		
Nome do orientando:				
Turma:		Matricula:		
Telefones:		E-mail:		
Professor/Orientador:				
Data do Planejamento	Atividade Planejada	Data de Entrega	Ciente do Aluno	Conclusão da Atividade na data prevista (sim ou não, justificativa)

...
...
...

Assinatura do Professor: _____ Data: ____ de _____, de 20____.

Formulário 4: Ata de Qualificação dos Projetos de Monografia

ATA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE MONOGRAFIA

Assinam pela banca de qualificação do projeto de monografia

Tema: _____

Aluno: _____

Prof. Examinador 1: _____

Prof. Examinador 2: _____

Esta qualificação tem o valor de 100 pontos, assumindo a função da avaliação final da Disciplina Monografia I, 9º período, e os itens com seus respectivos valores a serem avaliados seguem abaixo relacionados.

ITENS DE AVALIAÇÃO	TABELA DE VALORES				
	25	20	15	10	05
1. Representação conceitual do tema					
2. Capacidade de identificar bibliografia básica e complementar					
	12,5	10	7,5	05	2,5
3. Capacidade de relacionar com clareza a relação entre o problema, hipótese e o marco teórico.					
4. Racionalidade operacional entre a bibliografia, os objetivos e o índice hipotético constado no projeto de monografia.					
5. Estrutura textual.					
6. Metodologia (Adequação das partes do projeto e de sua estrutura, bem como a observância de normas técnicas da ABNT).					

Soma total dos pontos auferidos: _____

(Cidade), _____ / _____ / _____

Prof. Examinador 1: _____

Prof. Examinador 2: _____

NOTAS EXPLICATIVAS DA ATA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE MONOGRAFIA

Cada banca deverá se ater aos seguintes itens de avaliação, os quais constarão na ATA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE MONOGRAFIA:

1. Representação conceitual do tema

Avaliação da coerência entre o tema proposto e a própria justificativa do projeto (impacto social e jurídico do tema). Outrossim, deverá ser avaliada a abordagem da apresentação temática (convencimento dos conceitos envolvidos no tema).

2. Capacidade de identificar bibliografia básica e complementar

Verificação do reconhecimento prévio de bibliografia coerente com o assunto, na observação do que já fora efetivamente utilizado e o que virá a ser objeto de consulta pelo aluno pesquisador:

2.1 - Bibliografia básica – obras clássicas versando sobre o tema.

2.2 - Bibliografia complementar – obras que constem informações acessórias sobre a temática principal.

3. Capacidade de relacionar com clareza a relação entre problema, hipótese e o marco teórico

Destacar a importância do marco teórico escolhido para fins de comprovação da hipótese. Verificar a correlação estabelecida entre o problema (questionamento central do projeto) e a hipótese (afirmação vinculada à solução do problema).

4. Racionalidade operacional entre a bibliografia, os objetivos e o índice hipotético da monografia

Neste propósito, os objetivos devem ser compreendidos como metas alcançadas pelo aluno à confirmação da hipótese. Tais metas, junto com a hipótese, têm que dispor de vínculo direto com a bibliografia apresentada. Observar se o índice hipotético (ou sumário provisório) corresponde aos objetivos propostos, mantendo, assim, uma linha de coerência.

5. Estrutura textual

Análise da coerência e da coesão contidos no texto do projeto. Avaliação do nível escrito e potencial de argumentação.

6. Metodologia (Adequação das partes do projeto e de sua estrutura, bem como a observância de normas técnicas da ABNT)

Avaliação da argumentação e coerência do projeto de pesquisa e aplicabilidade das normas técnicas metodológicas dispostas pela ABNT, conforme disposto no manual acadêmico e nas instruções metodológicas.

Formulário 5: Ata de Defesa da Monografia**ATA DE DEFESA DA MONOGRAFIA**

No dia _____ do mês de _____ de 200__ às _____ h, reuniu-se na Faculdade de Direito a Banca da Monografia de conclusão de Curso do aluno _____

Tema: _____

A Banca Examinadora foi constituída pelos professores:

Sendo orientador (a): _____

Dando início, o aluno apresentou o trabalho. Ato contínuo passou a Banca Examinadora a proceder à avaliação e julgamento do trabalho apresentado pela equipe, concluído pela Banca com nota ()

O aluno (a), portanto, foi considerado (a) () Aprovado* () Reprovado. Nada mais havendo a tratar, o (a) presidente da Banca deu por encerrado os trabalhos. E para constar foi lavrada a presente ata que lida e aprovada, vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora e pela equipe.

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Aluno

Observações, se houver, favor apresentá-las no verso. Em caso de aprovação com restrições, estipular a data das alterações e apresentação das correções para os membros da banca examinadora, ficando retida a Ata até a efetivação das deliberações exigidas.

Formulário 6: Avaliação da Monografia – Exame Especial

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA – Exame Especial

Tema: _____

Aluno: _____

Prof.Orientador: _____

ITENS DE AVALIAÇÃO TRABALHO ESCRITO	TABELA DE VALORES				
	10	08	06	04	02
1.1. Relevância científica do tema					
2.2. Formulação adequada do problema e sua relação com a hipótese					
3.3. Confiabilidade dos dados apresentados e argumentação jurídica					
4.4. Qualidade da bibliografia utilizada					
5.5. Redação (estrutura textual da monografia conforme língua padrão culta)					
6.6. Metodologia científica (adequação conforme normas da ABNT e estruturação das partes da monografia)					
Total de pontos auferidos					
ITENS DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO	10	08	06	04	02
7. Domínio em relação ao conteúdo do trabalho escrito					
8. Recursos metodológicos aplicados na apresentação					
9. Clareza, precisão e segurança					
10. Articulação entre problema, hipótese e objetivos					
Total de pontos auferidos					
Total geral dos pontos auferidos					

Soma total dos pontos auferidos: _____

(Cidade), _____ / _____ / _____

Prof. Examinador 1: _____

Prof. Examinador 2: _____

Formulário 7: Folha de Aprovação

FOLHA DE APROVAÇÃO

A monografia intitulada:

Elaborada pelo Aluno: _____

Foi aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Direito das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM xxxxxxxx

(Cidade), _____ de _____ de _____

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Formulário 8: Termo de Compromisso**TERMO DE COMPROMISSO**

Monografia intitulada:

Eu,

Comprometo-me a entregar três cópias impressas, se for o caso, com as devidas alterações solicitadas pela banca, em papel A4, capa dura cor preta. A monografia deverá conter também a folha de aprovação emitida pela Instituição e assinada por todos os componentes da banca após a folha de rosto. O prazo máximo para a entrega do material é de 60 (sessenta) dias após ser aprovada pela banca. A entrega dos documentos deverá ser feita mediante assinatura de protocolo de entrega na Coordenação do Curso.

O não cumprimento poderá acarretar prejuízos, bem como invalidar a solicitação do diploma do curso.

(Cidade), _____ de _____ de _____

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Aluno

Formulário 9: Termo de Autorização de Uso**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO**

Monografia intitulada:

Pelo presente instrumento, eu, _____

Portador do CPF nº _____ e da carteira de identidade nº _____ doravante denominado AUTORIZADOR, abaixo assinado, cede às Faculdades Integradas de Caratinga – FIC/DOCTUM, Instituição particular de ensino superior inscrita no CNPJ sob o nº 19.322.494/0001-59 de forma inteiramente gratuita, os direitos de utilização sobre o TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO abaixo discriminado, em conformidade com o regulamento interno, entregue à instituição de ensino como requisito para a obtenção do título de bacharel em DIREITO, de sua autoria, para fins de publicação e divulgação da produção acadêmica do corpo discente da DOCTUM/FIC, na forma abaixo:

- 1 – A Instituição de ensino disporá do trabalho do discente apenas para fins de publicação e divulgação gratuita de trabalhos acadêmicos, não permitido a publicações em formato de livro;
- 2 – Em caso de publicação no formato de livro o mesmo se regerá por instrumento particular alheio a este;
- 3 – Será órgão veiculador do trabalho tão somente o site institucional mantido pela DOCTUM/FIC.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

Aluno Autorizador

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Formulário 10: Filha de Avaliação – Projeto de TCC**FICHA DE AVALIAÇÃO - PROJETO DE TCC**

Avaliação do professor de TCC I

Nome: _____

Período: _____ Turma: _____ tel:() _____

Título do Projeto de pesquisa: _____

Orientador*: 1ª Indicação - _____

2ª Indicação - _____

3ª Indicação - _____

* Indicação de 3 nomes de professores para orientação da monografia, sujeito à aprovação dos mesmos de acordo com a disponibilidade.

Indicação para defesa do Projeto de TCC perante banca examinadora: APTO NÃO APTO**Justificativa**

Prof. de TCC I

(Cidade), _____ de _____ de _____.

Formulário 11: Ficha de protocolo para depósito de Trabalho de Conclusão de Curso

Ficha de protocolo para depósito de Trabalho de Conclusão de Curso

Nome: _____

Período: _____ Turma: _____ Tel: (____) _____

Tema: _____

Orientador: _____

Parecer do orientador:

Observação: indicar a integração do aluno durante o processo de confecção do TCC, o cumprimento de diligências apontadas pela orientação, bem como a frequência e prazo, junto ao orientador, durante o desenvolvimento do respectivo trabalho. Na hipótese de não indicação para a banca examinadora, apontar os motivos (ficando o aluno sujeito a Exame Especial).

Indicado para defesa do TCC perante a banca examinadora?

() SIM () NÃO

Orientador

Parecer do professor de TCC II:

Observação: indicar a integração do aluno durante a ministração da Disciplina Monografia Jurídica II, por meio de análise do cumprimento de diligências exigidas pelo respectivo professor no tocante ao processo de confecção do TCC, bem como a frequência e prazo no decorrer do desenvolvimento do respectivo trabalho. Na hipótese de não indicação para a banca examinadora, apontar os motivos (ficando o aluno sujeito a Exame Especial).

Indicado para defesa do TCC perante a banca examinadora?

() APTO () NÃO APTO

Prof. TCC II

(Cidade), _____ de _____ de _____.